



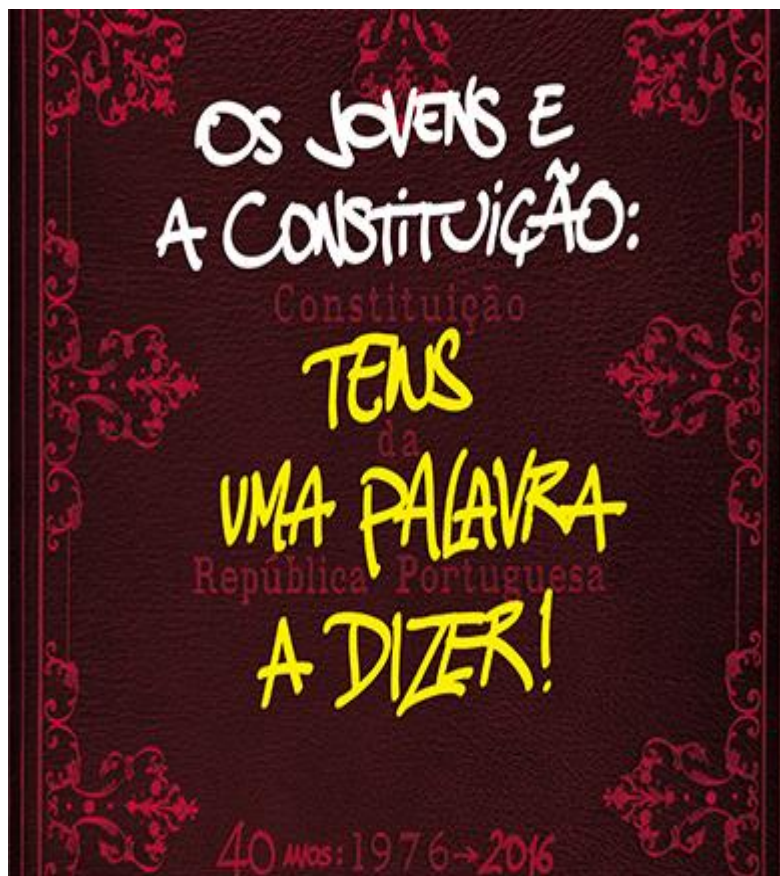
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
MOIMENTA DA BEIRA



Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira – Círculo de Viseu

Parlamento dos Jovens 2017 – Ensino Básico

Reportagem Jornalística de Maria Cardia



O tema do Parlamento dos Jovens 2016-2017 foi - “Os Jovens e a Constituição – Tens uma Palavra a dizer!”, um tema de grande relevância e atualidade, sendo fundamental para o futuro do país e dos cidadãos, sobretudo dos mais jovens. O Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira participou ativamente neste projeto, tendo-se candidatado cerca de noventa alunos deste estabelecimento escolar. Estes candidatos formaram oito listas, constituídas por alunos entre o 7º e o 9º ano de escolaridade.

Todo este percurso eleitoral começou, na escola, com um primeiro debate entre as listas candidatas para que estas pudessem apresentar as suas propostas de medidas económicas, políticas e sociais a integrar na Constituição. Neste debate não só estiveram presentes as listas como também os professores Carmo Aires, Helena Correia e Conceição Pinheiro e o deputado Pedro Alves. O segundo passo foi a sessão escolar, onde os 24 candidatos apurados para esta fase se encontraram para aprovar o Projeto de Recomendação da escola, eleger 2 deputados para a Sessão Distrital, eleger um candidato à Mesa da Sessão Distrital e escolher um tema para o PJ do próximo ano.

No Agrupamento de escolas de Moimenta da Beira o projeto de recomendação aprovado foi o seguinte:

«40 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

A Constituição da República Portuguesa existe desde abril de 1976, no entanto, a evolução dos tempos, os novos desafios, as novas realidades e circunstâncias, levaram a que, desde então, o documento já tenha sofrido sete revisões, a última em 2005.

A Constituição é, portanto, a lei suprema do país, que consagra os direitos fundamentais dos cidadãos, os princípios essenciais por que se rege o Estado português e as grandes orientações políticas a que os seus órgãos de soberania devem obedecer, estabelecendo também as regras de organização do poder político.

A Constituição Portuguesa define a estrutura do Estado e as funções dos quatro órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais) assim como dos órgãos de poder político (regiões autónomas e autarquias) e a forma como se relacionam entre si.

Está aí, de novo, a discussão generalizada para uma nova revisão constitucional, dossier aberto pelo anterior Governo, tendo já reunido diversos contributos e propostas por parte dos diferentes partidos com assento parlamentar. No entanto, parece que tal revisão não avançará num futuro próximo.

Apesar de a atual Constituição apresentar dimensões inovadoras, como por exemplo os direitos dos trabalhadores, o direito à saúde e à educação há outros

aspetos previstos neste documento que nunca foram cumpridos, como a regionalização, a redução do número de deputados ou o sistema eleitoral com duas listas (voto nominal e voto no partido).

A verdade é que a atual Constituição, tendo em conta os novos desafios e a nova realidade do país e do mundo, poderá ter efetivamente de avançar para uma nova revisão ou pelo menos terá de realizar-se esta discussão necessária.

Atualmente há questões em termos económicos, financeiros e também em termos jurisdicionais que merecem essa discussão, uma discussão que deve ser ampla, alargada, protagonizada pelos partidos políticos que materializam o sistema democrático, mas que deve ouvir também a sociedade civil.

Assim, os deputados do Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira propõem as seguintes medidas:

1 – Independentemente das revisões efetuadas à Constituição, ela deverá salvaguardar sempre e garantir a manutenção de questões fundamentais, nomeadamente na área da saúde, da educação e da solidariedade social, assegurando e reforçando o equilíbrio destas áreas e o seu total acesso por parte de todos os cidadãos.

2-O passado recente mostra-nos que o rigor do estado e a boa gestão das finanças públicas devem ser um pilar fundamental para a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e, portanto, uma das alterações na Constituição deverá ser a salvaguarda do controlo do défice, inscrevendo um artigo que obrigue a manter o défice abaixo dos 3%, tal como exigido nos outros países da União Europeia.

3- Tendo em conta que o primeiro-ministro definiu a regionalização como “pedra angular” do seu executivo, a nova revisão da Constituição deve delegar nas autarquias mais funções, atenuando a dependência destas em relação ao Poder Central e potenciando um verdadeiro processo de regionalização. Para isso devem incluir-se nesta mesma revisão meios que assegurem a estabilidade financeira do Poder Local.»

Os deputados eleitos para a Sessão Distrital foram a Eva Ansiães e a David Soares e, como suplente, a candidata Maria Cardia. A candidata escolhida para a Mesa da Sessão Distrital foi a Margarida Alves e o tema escolhido para a próximo PJ foi - “A Crise dos Refugiados na Europa.”

Na Sessão Distrital, ocorrida no dia 20 de Março, os deputados Eva Ansiães, David Soares e Maria Cardia defenderam de uma forma brilhante as medidas que foram aprovadas na fase anterior e, desta forma, o Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira ficou apurado para participar na sessão nacional, e a deputada Eva Ansiães foi eleita para Porta-Voz do círculo de Viseu.

Nesta Sessão Distrital foi aprovado o seguinte Projeto de Recomendação:

«CÍRCULO DE VISEU

Projeto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo de Viseu recomendam à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:

1. Substituição do Rendimento Social de Inserção por postos de trabalho, em tarefas que se revelem importantes para o Estado, garantindo o direito ao salário e demais direitos dos trabalhadores e contribuindo para uma redução das despesas do Estado, nomeadamente através da coleta de impostos relativos a esses ordenados.

2. Facilitar e agilizar a adoção de crianças por casais não heterossexuais.

3. No respeito pela Constituição (art.º 74.º), deve a Escola estabelecer um plano individual de estudo e de desenvolvimento para cada aluno, integrado em turmas mais reduzidas e com maior apoio de docentes, em salas aquecidas, promovendo aulas mais dinâmicas e interativas facilitadoras do sucesso.

4. Criação de igualdade de oportunidades no que diz respeito ao acesso ao trabalho e salário.

Aprovado na Sessão Distrital de Viseu, realizada a 20 de março de 2017»

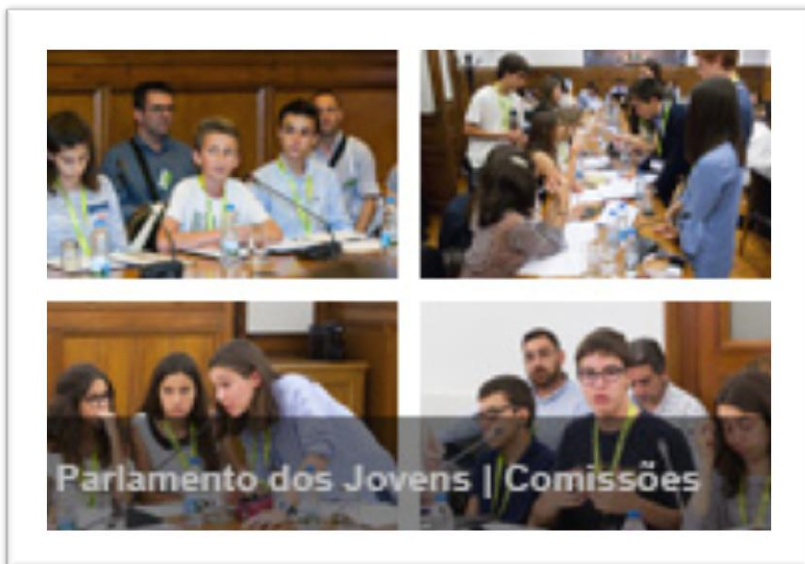
No dia 22 de Maio, 1º dia da Sessão Nacional, na Assembleia da República, os diversos círculos distribuíram-se em Comissões para debate dos Projetos de Recomendação aprovados nos diversos círculos eleitorais. O Círculo de Viseu esteve presente na 1ª e na 4ª Comissão.



Na Comissão onde a nossa escola defendeu as propostas do círculo de Viseu, a 4ª Comissão, cujos trabalhos foram moderados pela deputada Ana Rita Bessa, o Projeto de Recomendação aprovado, após um animado e participado debate entre os deputados dos diversos círculos eleitorais, foi o do círculo de Aveiro, mas integrando também outras medidas dos círculos eleitorais presentes, demonstrando-se aqui uma boa capacidade de cooperação e trabalho político entre os diversos deputados.

O segundo dia da sessão distrital foi o dia da abertura do Plenário, uma reunião onde participam todos os deputados. Na Sessão Solene de Abertura esteve presente o Senhor presidente da Assembleia da República, Dr. Ferro Rodrigues; o Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Dr. Alexandre Quintanilha e o Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, Dr. João Paulo Rebelo.





Os deputados jovens tiveram a oportunidade de ter um período de perguntas a deputados em representação de cada um dos Grupos Parlamentares, que foi bastante animado, com questões incisivas, críticas e reivindicativas por parte dos

deputados jovens. No mesmo dia, mas mais tarde, iniciou-se o debate da recomendação sobre o tema, sendo excluídas algumas das propostas das diversas comissões e votou-se a recomendação final, que integrou uma das propostas aprovadas na 4ª Comissão.

Terminados os trabalhos parlamentares, ficou a sensação do dever cumprido por parte de todos os deputados jovens e jornalistas das escolas, em dois dias de grande participação cívica, que provaram que os jovens não são apenas o futuro do nosso país, têm já uma palavra a dizer no presente e devem ser ouvidos, como este magnífico Projeto Parlamento dos Jovens bem comprova.





...mento dos Jovens | Plenária



Junho de 2017

A repórter fotográfica/ jornalista,

Maria Cardia (Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira – Viseu)